

Editorial

Consolidando a nova periodicidade da revista *Temporalidades*, lançamos a sua décima segunda edição com um imenso contentamento, justamente porque os percalços foram imensos, da mesma forma que superá-los foi sublime. As dificuldades se pautaram na questão do tempo. Pouco tempo para um corpo editorial aprender a lidar com o cotidiano da revista, visto que, no início de março, os novos editores foram eleitos para coordenar os lançamentos por um ano, sendo este o primeiro. Portanto, a *Temporalidades* número doze é a primogênita desse novo grupo editorial. Assumimos tal responsabilidade, sabendo a importância da Revista para trazer novos estudos históricos e demonstrar a interdisciplinaridade presente, não só nos temas do dossiê, mas, sobretudo, nos artigos de sessões livres produzidos por pesquisadores de várias instituições.

Como a Revista já possui o cariz da inovação, o novo corpo editorial, visando uma melhor fluidez, passou a fazer uso mais frequente dos serviços de um membro pouco ou nunca convocado, o suplente. O suplente, na nova gestão editorial, não espera a ausência do outro para estar presente no cotidiano laboral. Ele foi convocado desde o primeiro momento a assumir determinadas funções dentro da Revista. Aliado a essa nova função dada ao suplente, não podemos nos esquecer dos membros de transição da revista, que se tornaram praticamente nossos conselheiros e, de conselheiros, amigos. Os membros de transição, que com paciência e carinho, nos transmitiram as regras e as formas de se lidar com a editoração da *Temporalidades*, também fazem parte da concretização desse número.

Após tais considerações, apresentamos nosso dossiê temático, "Instituições, poderes e magistrados no mundo luso-brasileiro, Séculos XVIII e XIX". O dossiê traz a entrevista com o Professor Dr. Nuno Miguel de Moraes Pestana Tarouca Camarinhas, ou como é mais conhecido, Dr. Nuno Camarinhas, investigador em pós-doutoramento do CEDIS da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Em sua entrevista, o professor Nuno apresenta sua trajetória na temática sobre justiça e magistrados, que perpassa pela questão da norma e prática dentro do contexto do aparelho judicial ultramarino português, destacando a importância de se pensar a história de forma conectada e não de forma isolada. A entrevista é um convite aos temas que compõem nosso Dossiê.

Para iniciarmos nosso curto percurso pelos artigos que o compõem, temos o mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Fernando Junio Santos Silva. O autor nos brinda com uma discussão sobre a atuação dos secretários de governo na capitania de Minas

Gerais durante o governo de Gomes Freire de Andrade, no século XVIII. Seu artigo *Nos bastidores da administração colonial: o papel dos secretários de governo na capitania de Minas Gerais (1735-1763)* contribui para a discussão sobre o papel de agentes e processos administrativos que durante muito tempo foram relegados ao limbo pela historiografia sobre a América Portuguesa. Nesse sentido, o trabalho insere-se numa tendência historiográfica que procura problematizar a administração colonial, para além das análises que privilegiaram os cargos e sujeitos de “primeiro” escalão no exercício do poder nas colônias. Assim, evidencia complexidade da realidade mineira setecentista, bem como das relações entre centro e periferia na época colonial.

Extrapolando as fronteiras de Minas Gerais, temos o trabalho da doutoranda pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rossana Agostinho Nunes, que publica em nosso dossiê o artigo *Beatismo, devoção e fanatismo em Portugal no final do século XVIII*. A interessante proposta é apresentar e problematizar as diferentes motivações e disputas de poder atuantes por trás do desejo de reforma da igreja portuguesa ao final do século XVIII, através da análise de uma trama jacobea-jesuítica na qual foram inseridas as beatas. Desse modo, ressalta-se a dimensão política assumida por um grupo comumente visto como um modelo de perfeição cristã, embora também como um risco à hierarquia eclesiástica ao longo da época moderna. A apresentação desses aspectos é proposta a partir da análise de uma devassa aberta em Bragança no ano de 1775.

Saindo do século XVIII e indo para o XIX, temos o artigo *Juízes de Paz no Império do Brasil: Análise da experiência da magistratura leiga e eletiva na Província da Paraíba (1824-1840)*, assinado pela mestrandia do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, Jerlyane Dayse Monteiro dos Santos. O artigo disserta acerca do estabelecimento do Juizado de Paz no Brasil Imperial. A autora traz informações formidáveis sobre a disposição dos juízes de paz na província da Paraíba e da crítica feita a estes magistrados leigos durante a década de 1830, dando assim voz a diferentes atores sociais que, à exaustão, reiteram a crítica ao caráter abusivo do poder outorgado ao Juiz de Paz.

Retornado ao tema do período colonial brasileiro, temos o artigo *Inácio Correia Pamplona um herói para o sertão setecentista mineiro*, escrito por Maria Emília Aparecida de Assis, mestre pela Universidade Federal de São João Del Rei. A análise da pesquisadora parte dos poemas produzidos por integrantes da expedição do sertão mineiro de 1769, para ponderar a imagem heroica construída em torno da figura de Pamplona e para lançar luz sobre o cotidiano do grupo em missão itinerante pelo sertão mineiro. De forma instigante, a autora argumenta que Inácio Correia Pamplona, português de origem e mestre de campo, era visto pelos homens de sua

expedição como um grande líder, guerreiro e desbravador. Na perspectiva da autora, os poemas representam, em certa medida, o cotidiano da missão, suas atividades desbravadoras, os medos enfrentados pelos membros do grupo e, sobretudo, o discurso civilizador e controlador que os portugueses buscavam imprimir nos novos povoados.

Os artigos que estão publicados nesse dossiê demonstram um apanhado geral desde o século XVIII, em Portugal, até o século XIX, no Brasil imperial, das ações das instituições e do exercício do poder. Com os artigos do dossiê, percebemos que essa dominação não se dava apenas por mecanismos disponíveis aos magistrados, mas também através da religiosidade e da disposição do medo.

Para além do Dossiê, a revista continua com os artigos da Seção Livre. O fluxo contínuo da *Temporalidades* sempre proporciona aos leitores a oportunidade de abranger o conhecimento, uma vez que os textos trazem uma variedade de temáticas e embasamentos teóricos. Essa diversidade de temas contribui para que todos nós possamos estar atentos aos novos estudos e discussões de áreas muitas vezes alheias à especialização das nossas pesquisas. Sendo assim, a edição doze conta com sete ótimos artigos que versam sobre assuntos mais diversos.

Do programa de Pós-Graduação da mesma casa da Revista, temos Thiago Henrique Oliveira Prates como autor do artigo *Encuentro de la Cultura Cubana: exílio intelectual, identidade cubana e dissidência política*. O “*Encuentro de la Cultura Cubana*” foi uma revista fundada em 1996 na capital espanhola pelo exilado cubano Jesús Díaz. Como um de seus objetivos, a revista buscava proporcionar um diferente espaço de reflexão sobre a cultura cubana, constituindo-se num periódico de intelectuais exilados na Espanha, que publicaram artigos sobre política, economia, arte e cultura. As reflexões de seus autores demonstravam suas preocupações com o presente, o passado e o futuro de Cuba. Percebendo como a revista se tornou um espaço de ligação entre intelectuais cubanos de fora e dentro da ilha, Thiago Prates destaca o compromisso firmado pelos autores na luta por uma sociedade democrática e livre, mostrando que os mesmos se posicionaram como intelectuais em oposição ao legado autoritário criado pela revolução de 1959. Assim, a leitura desse artigo contribuir para se conhecer melhor a discussão sobre a formulação de um espaço de sociabilidade intelectual constituído por cubanos em oposição ao regime socialista.

Da História contemporânea de Cuba vamos à filosofia. Mestrando em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Ricardo Manoel de Oliveira Morais, no artigo *O conflito e a história na teoria republicana: contraponto entre Guicciardini e Maquiavel*, propõe uma articulação entre o problema do conflito e o papel da história no âmbito da política através de um contraponto entre

os autores citados no título. Seguindo o autor, Maquiavel defendia que o conflito político é uma categoria própria à vida em sociedade, que marca a oposição dos desejos dos patrícios e da plebe. O que poderia, inclusive, ocasionar a liberdade, atribuindo ao conhecimento histórico um papel crucial na formação do estadista. Guicciardini, por outro lado, examinaria a existência do conflito político como algo negativo e que deveria ser evitado, sendo a experiência política de maior importância que o conhecimento histórico. Abordando temas como a noção de conflito, liberdade e o papel destes na história, o texto possibilita o levantamento de interessantes questões no âmbito da história e filosofia políticas, inclusive pela percepção de que a discussão de tais temas permanece aquecendo intensos debates acadêmicos.

O terceiro artigo da Seção Livre traz a temática da História da África. Durante os últimos anos, a produção historiográfica brasileira sobre as diferentes sociedades africanas tem passado por um consciente e precioso crescimento. Muito ainda precisa ser pesquisado, mas trabalhos como os de Mariana Bracks Fonseca, mestre em História pela Universidade de São Paulo, apresentam questões importantes para esse debate em construção. A pesquisadora, em seu artigo *Nzinga Mbandi contra a colonização portuguesa de Angola*, discute a questão do tráfico transatlântico no século XVII, por meio da análise da trajetória de uma importante protagonista desse processo: Nzinga Mbandi. Ao realizar essa análise, Mariana Fonseca relativiza as interpretações que subestimaram o papel de algumas das personalidades políticas africanas em relação à constituição do império colonial português. Mas, por outro lado, demonstra que a simples responsabilização dessas personalidades pelo tráfico negreiro não é uma resposta satisfatória para a discussão. Em suma, o artigo apresenta-se como uma contribuição relevante para a árdua tarefa de compreender as relações de poder, os conflitos e os interesses que estão em jogo quando se discute as interações entre África, Europa e a América no período seiscentista.

Saindo do período seiscentista e voltando ao Brasil contemporâneo, temos o artigo *A Igreja Católica e o golpe civil militar de 1964: novas abordagens*, produzido por Renato Torres Anacleto Rosa, mestrando em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. A efeméride do golpe de estado de março de 1964 teve como resultado positivo um maior interesse para se discutir o tema e um espaço mais amplo nas produções acadêmicas para estudos sobre o período da ditadura militar brasileira e assuntos correlatos a ela. O Dossiê da última edição de nossa revista constitui um bom exemplo. No presente artigo de Renato Rosa, o objeto de estudos está nos posicionamentos da Igreja Católica diante do golpe civil-militar e nos primeiros momentos da ditadura militar dele consequente. Para isso, o autor retoma a premissa de Antonio Gramsci de que toda instituição religiosa é multicelular e que traz dentro de si inúmeras tendências culturais e políticas. Assim, aborda principalmente as posições da hierarquia da Igreja,

representada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e de Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife e principal líder da ala “progressista”.

No artigo *A mazorca comunista no banco dos réus: os processos de Eloar Guazzelli na Justiça Militar nos primeiros anos da ditadura civil-militar (1964-1968)*, o doutorando Dante Guimaraens Guazzelli debruça sobre os processos de cunho político que tiveram a atuação do advogado Eloar Guazzelli e que tramitaram na Justiça Militar entre 1964 e 1968. A partir da análise dos processos que contaram com atuação do advogado gaúcho, especialista em tratar de processos de presos políticos, o que lhe conferiu notoriedade entre os opositores do Regime Militar, o autor faz uma reflexão sobre a repressão judicial no início da ditadura civil-militar. Com foco nos casos oriundos do Rio Grande do Sul, o interessante artigo aqui publicado vai trançando, inclusive, o perfil daqueles que recorriam aos serviços de Eloar Guazzelli.

Ainda atrelado ao tema, temos o artigo *O inimigo interno e a ordem política da nação: representações da ditadura civil militar na revista Veja (1968-1969)*, realizado em coautoria pelas pesquisadoras Tamiris Carvalho e Fernanda de Santos Nascimento, mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria e Doutoranda em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, respectivamente. As autoras, partindo do conceito de ditadura civil militar, analisam como a Revista Veja construiu a imagem do inimigo da nação brasileira, qual era subversivo, terrorista e, possivelmente, brasileiro. Segundo as autoras, a Revista Veja imputava assim em seus leitores a ideia de que qualquer cidadão poderia ser um inimigo interno em potencial. O artigo constitui, assim, um importante ponto de reflexão sobre o papel da mídia no contexto em discussão.

Deixando os textos sobre a ditadura no Brasil, temos o artigo *A invenção dos trópicos: clima e dominação à luz do Orientalismo de Edward Said*, do doutorando pela Unicamp, Luiz Fernando Tosta Barbato. O texto em questão traz a ponderação do autor sobre o “Orientalismo” de Edward W. Said para os trópicos. O autor faz, primeiramente, uma introdução sobre a obra de Said intitulada *Orientalismo*, que aborda a invenção do Oriente como a antítese Ocidental. Barbato demonstra como a Europa forjou uma imagem do Oriente para dominá-lo e como transporta a teoria para as Américas. A Europa via os Trópicos como um ambiente inferior que precisava de interferências, assim como fizeram com Oriente, com medidas imperialistas. Para corroborar suas assertivas, Barbato mostra também como o clima era um fator importante para essa dicotomia entre atraso e civilização.

Quanto à seção reservada às resenhas, a Revista recebeu importantes avaliações críticas sobre algumas obras lançadas nos dois últimos anos e que merecem ser destacadas nesse espaço

de apresentação. A primeira delas traz uma análise sobre o livro *As margens da liberdade: Estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*, de Andréa Lisly Gonçalves. Com o título de *História comparada e alforrias em Minas Gerais*, a resenha do mestrando em História, Douglas Lima, apresenta como as práticas de alforrias em Minas Gerais foram estudadas pela autora, que buscou compreender as dinâmicas envolvidas na obtenção de liberdade por parte dos escravos. Em seguida, a resenha de Nicole de Oliveira Alves Damasceno, com o título *A excepcionalidade do tráfico: uma perspectiva da circulação de cativos no Império português*, nos permite vislumbrar diversas formas de tráfico de escravos na Idade Moderna. A doutoranda em História Social, também nos mostra como a pesquisa feita por Renato Venâncio, no livro aqui resenhado, *Cativos do Reino: A circulação de escravos entre Portugal e Brasil, séculos 18 e 19*, é importante para compreendermos o trânsito de ideias, costumes, valores e crenças envolvidos na complexidade do sistema de tráfico. Já a doutoranda em antropologia social, Ísis Morais Araújo, analisa o livro *A fotografia amazônica de George Huebner*, no qual o autor Andreas Vaetim explora o universo de imagens produzidas por um fotógrafo alemão sobre a exploração da borracha nos últimos anos do século XIX. Por sua vez, a última resenha desta edição foi escrita por Lucas Samuel Quadros, mestrando em História, sobre o livro *Arautos do progresso: o ideário médico sobre a saúde pública no Brasil na época do Império*, de Alisson Eugênio. A resenha discute através do livro como a saúde passou a fazer parte do interesse público no período imperial e aborda as discussões e temáticas ligadas à História da Medicina no Brasil.

Para finalizarmos essa edição com chave de ouro, temos a transcrição comentada sobre a *Brevíssima biografia do governador José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque*. A história da administração das capitanias do Império Português ainda é pouco conhecida e explorada pela historiografia. Buscando lançar luz sobre o tema, Breno Gontijo de Andrade, mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, transcreve e analisa a ode escrita em homenagem a José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque. Membro de família prestigiosa e atuante em Pernambuco no final do século VIII e durante o século XIX, Cavalcanti foi governador da capitania do Rio Grande do Norte. Sua trajetória administrativa chama atenção, pois não possuía os requisitos exigidos pelos Braganças para ocupar o cargo de governador, não era membro da nobreza tradicional, tampouco nascido em Portugal. A documentação transcrita pertence ao acervo da Biblioteca Nacional de Portugal e também pode ser acessada virtualmente por meio de serviço prestado pela biblioteca.

Ao apresentarmos os artigos que compõe tanto o dossiê quanto as seções de artigos livres, de resenhas e a transcrição documental, sentimo-nos extremamente orgulhosos por todo o processo editorial realizado para que, finalmente, essa edição fosse publicada. Das adversidades,

da corrida contra o tempo e do preenchimento de inúmeros elementos protocolares temos agora o gozo de ver finalizada a beleza que a *Temporalidades* é para nossos olhos. Acreditamos que a Revista cumpriu com aquilo que mais preza: compartilhar trabalhos sobre diversas temáticas da história, sempre atenta à qualidade dos mesmos, produzida pelos discentes e docentes das mais diversas instituições brasileiras de ensino.

Sendo assim, após refletimos um pouco sobre cada artigo que compõe o corpo da revista, agradecemos novamente aqueles que colaboraram conosco, direta ou indiretamente, e convidamos a todos para uma prazerosa leitura. Dedicamos a edição número doze a você, leitor, que busca, que pesquisa e deseja ousar sempre em suas temáticas de trabalho. Aqui deixamos o nosso convite: estamos esperando a sua colaboração para os próximos números, independente da temática do dossiê. Venha dar corpo à alma da revista *Temporalidades*. Afinal, ela só existe por você e para você.

Belo Horizonte, 30 de maio de 2014.

O Conselho Editorial